

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO
COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

EDITAL Nº 04/2025

A Coordenadora do Trabalho de Conclusão de Curso, no uso de suas atribuições e cumprindo o disposto na Resolução nº 139/2017, de 06/10/2017, do CEPE/FURB, em seu artigo 18, inciso IX, torna público que, na data, horário e banca examinadora, ocorrerá a sessão de defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso:

ALUNO(A)	TÍTULO	ORIENTADOR(A)	EXAMINADOR(A)	DATA	HORA	SALA
Amanda Souza Kuster	O Direito ao Esporte: Uma Análise da Dignidade da Pessoa Humana e os desafios na Inclusão da Pessoa com Deficiência em provas de Corrida de Rua	Helena Maria Zanetti De Azeredo Orselli	Ana Luísa De Moraes Vieira	30/06	9h	B-201
Ana Carolina Gadotti Silva	O Silêncio pela Omissão: A crise humanitária na República Democrática do Congo e a responsabilidade das empresas transnacionais mineradoras à luz do Direito Internacional	Wanda Helena Mendes Muniz Falcão	César Augusto Wolff	27/06	12h10	B-208
Angélica Krieser Spiess	A Psicopatía no Presidio Brasileiro	Rodrigo Fernando Novelli	Luiz Eduardo Cani	26/06	15h	C-206
Anne Josephine Strobel	O "Duty to Mitigate the Loss" e a multa coercitiva no processo civil brasileiro.	Leonardo Beduschi	João Felipe Buerger	30/06	10h	C-101
Beatriz Ramos da Silva	(In)Suficiência dos Laudos Técnicos como Prova Pericial nos Crimes previstos nos artigos 38, 38-A, 63 e 64 da Lei 9.605/98: Uma Análise dos Julgados do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	Luiz Eduardo Cani	Airto Chaves Júnior (convidado)	25/06	11h	C-101

Bruno Hardt	A Penhora e Garantia de Criptoativos no Processo de Execução Civil	Alessandra Jeanne Dias Christ	João Felipe Buerger	26/06	14h10	B-208
Carlos Eduardo Bortoloso Tasso	Métodos Adequados de Solução de Conflitos Imobiliários	Ana Carolina Alves	Clarice Sopelsa	26/06	13h10	B-201
Carolina Olegario	Lei de Drogas: como o Tribunal de Justiça de Santa Catarina reconhece o tráfico privilegiado?	Luiz Eduardo Cani	Laura Girardi Hypolito (convidado)	25/06	9h	C-101
Evandro José Posselt	A INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO DO ART. 117, §2º DO CÓDIGO PENAL EM CONFLITUALIDADE COM A GARANTIA CONSTITUCIONAL DA CELERIDADE PROCESSUAL. Reflexões sobre a Efetividade da Justiça e os Impactos à Razoável Duração do Processo	Rodrigo Fernando Novelli	Luiz Eduardo Cani	26/06	17h	C-206
Evandro Moser dos Santos	O ALGORITMO DA JUSTIÇA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO	André Luiz Schneider	Alejandro Knaesel Arrabal	30/06	10h	C-206
Gabriel Jorge Gieland	A responsabilidade civil do Estado diante dos desastres climáticos	César Augusto Wolff	Wanda Helena Mendes Muniz Falcão	27/06	11h10	B-208

Giovanna dos Santos Correa	A (Im)possibilidade de regulamentação de guarda compartilhada, nos casos de violência doméstica contra a genitora: uma análise à luz da dignidade da pessoa humana e da teoria da proteção integral da criança e do adolescente	Ana Luísa De Moraes Vieira	Alessandra Jeanne Dias Christ	26/06	16h10	B-208
Izabela Lã	A Aplicação de Precedentes no Brasil: 10 anos da promulgação do Código de Processo Civil de 2015	João Felipe Buerger	Leonardo Beduschi	30/06	9h	C-101
Julia Diel de Menezes	UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NA CRIAÇÃO DE MÚSICAS: IMPACTOS E PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA MUSICAL	Alejandro Knaesel Arrabal	André Luiz Schneider	30/06	9h	C-206
Kauhana Caroline Carvalho Busarello	PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E PREVIDÊNCIA PRIVADA: UMA ANÁLISE DA (IN) CONFORMIDADE DA DECISÃO DO STF NO RE 1363013 (TEMA 1214) À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Ana Luísa De Moraes Vieira	Helena Maria Zanetti De Azeredo Orselli	30/06	10h	B-201
Larissa Batista da Silva	RESPONSABILIDADE CIVIL DE MÉDICOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PROTOCOLOS CLÍNICOS GENÉRICOS PELA VIA DIGITAL NO BRASIL	Fernanda Maria Poltronieri	Ana Carolina Alves	30/06	10h	B-208
Luana de Souza Schmickler	Os Desafios da Ressocialização da Pessoa Presa: Impactos da Restrição dos Requisitos para a Saída Temporária	Lenice Kelner	Claudia Sombrio Fronza	25/06	14h	B-208

Lucas Hinsching da Silva	Responsabilidade dos Administradores de Empresas em Tempos de Crise: a Teoria da Business Judgment Rule	João Felipe Buerger	Ana Carolina Alves	26/06	12h10	B-208
Luís Eduardo Voltolini	TERCEIRIZAÇÃO OU FRAUDE TRABALHISTA? O FENÔMENO DA “PEJOTIZAÇÃO” E SUA (I) LEGALIDADE DIANTE DA INTERPRETAÇÃO DADA PELO STF NO TEMA 725 ÀS HIPÓTESES DE TERCEIRIZAÇÃO INSERIDAS NA LEI Nº 6.019/1974	Tatiani Heckert Braatz	Gabriel Filipe Theis	25/06	15h	C-101
Marcela Cabral de Almeida	GESTÃO E ESPORTE PROFISSIONAL: análise jurídica dos direitos trabalhistas das atletas brasileiras e a perspectiva dos Tribunais do Trabalho	Tatiani Heckert Braatz	Gabriel Filipe Theis	25/06	16h	C-101
Marcos Vinicius Theis De Andrade Cunha	Abordagem policial e a caracterização de fundada suspeita: interpretação do entendimento jurisprudencial no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Tribunais Superiores	Rodrigo Fernando Novelli	Luiz Eduardo Cani	26/06	16h	C-206
Maria Eduarda Bof	CRIMES DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS E REVITIMIZAÇÃO DAS MULHERES: ANÁLISE DAS REPORTAGENS SOBRE O CASO ELAINE PEREZ CAPARRÓZ	Luiz Eduardo Cani	Rodrigo Fernando Novelli	26/06	14h	C-206
Paola Hadassa Teixeira	Direito à desconexão no Brasil: Perspectivas de regulamentação legal e a efetividade das negociações coletivas	Gabriel Filipe Theis	Tatiani Heckert Braatz	25/06	14h	C-101

Rafaela Baruffi	Responsabilidade civil dos sócios-administradores: uma análise à luz do compliance e da governança corporativa	João Felipe Buerger	Ana Carolina Alves	26/06	11h10	B-208
Raina Luise Marinho Leopoldino	Responsabilidade civil das redes sociais e plataformas de internet pela publicação e compartilhamento de conteúdo pornográfico criado por Inteligência Artificial	João Felipe Buerger	Fernanda Maria Poltronieri	30/06	11h	C-101
Tatiane Cristina dos Santos	A Efetividade dos Grupos Reflexivos para homens como Instrumento de Reeducação e Reabilitação em Blumenau/SC: Uma análise em consonância com as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para aplicação da Lei Maria da Penha	Luiz Eduardo Cani	Lenice Kelner	25/06	10h	C-101
Tiago Dallarosa	A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS AVÓS POR AFINIDADE NA COMPLEMENTAÇÃO DOS ALIMENTOS AOS NETOS DIANTE DA INADIMPLÊNCIA OU IMPOSSIBILIDADE PATERNAL	Alessandra Jeanne Dias Christ	Ana Luísa De Moraes Vieira	26/06	15h10	B-208

Blumenau (SC), 02 de junho de 2025.


 Prof.ª Priscila Zeni de Sá
 Coordenadora do Trabalho de Conclusão de Curso